

JOÃO PAULO BORGES COELHO E AS CONTRADIÇÕES DO PÓS-COLONIALISMO: UMA ANÁLISE DE A *CRÓNICA DA RUA 513.2*

JOÃO PAULO COELHO AND THE CONTRADICTIONS OF POST-COLONIALISM: AN ANALYSIS OF *CRÓNICA DA RUA 513.2*

Sandra I. Sousa¹

RESUMO: Entre os escritores que mais se têm afirmado na ficção moçambicana do pós-independência, destaca-se João Paulo Borges Coelho cuja obra literária tem vindo a ser aclamada pela crítica literária, em particular, e pelo público leitor, em geral. Neste ensaio, proponho uma análise do seu romance *Crónica da Rua 513.2* (2006), da perspectiva da recente crítica ao pós-colonialismo oferecida por Vivek Chibber em *Postcolonial Studies and the Specter of Capital* (2013). A crítica de Chibber realça as aparentes deficiências no desenvolvimento da teoria pós-colonial nas últimas décadas abrindo, deste modo, uma janela teórica através da qual procuro demonstrar que o romance de Borges Coelho proporciona uma visão da realidade contemporânea de Moçambique que excede os parâmetros estabelecidos por uma teoria pós-colonial normalizada. Argumento que a *Crónica da Rua 513.2* sugere uma compreensão da história colonial e pós-colonial mais complexa do que aquela oferecida pelos estudos pós-coloniais e que, de facto, reactiva elementos de uma análise marxista da experiência colonial e pós-colonial que a forma académica institucionalizada dos estudos pós-coloniais lamentavelmente tem esquecido.

PALAVRAS-CHAVE: João Paulo Borges Coelho. Pós-colonialismo. Marxismo. Moçambique. História e Ficção.

Galardoado com dois prémios literários — em 2005, o Prémio José Craveirinha atribuído ao seu livro *As Visitas do Dr. Valdez* e, em 2009, o Prémio Leya pelo seu romance *O Olho de Hertzog* — João Paulo Borges Coelho tem visto a sua carreira de escritor vingar desde a publicação do seu primeiro livro de ficção há dez anos (*As Duas Sombras do Rio*, 2003) até ao seu último romance (*Rainhas da Noite*, 2013). O conjunto da sua obra tem, sem dúvida, prestado uma significativa contribuição no contexto da literatura moçambicana e despertado um interesse cada vez maior dos críticos literários. Não é de admirar, porém, que dado o teor temático da sua obra – sempre centrado em diversos momentos da história colonial e pós-independência de Moçambique tanto como em variados espaços – e dada a sua paralela carreira de historiador que um e outro aspecto se influenciem mutuamente, e que tal conexão venha a desembocar numa rica e original obra de ficção literária. Este aspecto não passou despercebido à crítica literária cuja análise da ficção de João Paulo Borges Coelho assenta, na grande maioria, no entrelaçar entre história e ficção, nas continuidades com o passado,² na combinação de experiência e memória, na política e no poder, no romper com as

¹ Leitora no Departamento de Espanhol e Português da University of Iowa. E-mail: sandraasousa@gmail.com.

² Faço aqui breve referência aos artigos de João de Pina Cabral, Alice Cruz, Carmen Lucia Tindó Secco, Susana Ramos Ventura, Luís Carlos Patraquim, cuja referência bibliográfica se encontra no final do ensaio.

dicotomias binárias, na complexificação de identidades, e no alinhamento de uma tendência de constituir os romance elemento da construção da História. A título de exemplo, para Roberta Guimarães Franco, nas obras de João Paulo Borges Coelho podemos encontrar não só as questões temáticas presentes nas suas pesquisas historiográficas, como também métodos do historiador que são transpostos para as páginas da ficção.

Em relação ao romance em causa neste ensaio, *A Crónica da Rua 513.2*, publicado em 2006, um dos seus críticos mais fiéis, Nazir Can (2008), assevera que a Rua 513.2 funciona como caricatura de um país em convulsão, apresentando-se como lugar de memória e de especulação, tendo como objectivo o confluir de opostos. Can analisa igualmente o passado e o presente, os nexos entre a ficção e a realidade e o romper de dicotomias no romance. Num artigo publicado em 2010, o estudioso procede a uma interpretação dos lugares da memória (espaços construídos, nomes e universo sensorial das personagens), chegando à conclusão que nesta rua de nome peculiar, nada é rígido nem inequívoco. Deste modo, o leitor não é alheio ao hibridismo na obra de João Paulo Borges Coelho que, segundo Can, se revela como uma importante estratégia de diferenciação do autor na cena literária moçambicana. Numa outra publicação (2012), o mesmo crítico volta a afirmar que a obra de Borges Coelho, em geral, e a *Crónica da Rua 513.2*, em particular, revela duas grandes linhas de força: “discutir os silêncios da história através do olhar do indivíduo comum e indagar os interstícios da memória por via da fruição literária” (p. 55). Na mesma linha de pensamento, também Ana Beatriz Matte Braun, reafirma a relação entre a literatura e a história em *A Crónica*. No seu artigo, Matte Braun, relaciona narrativa e experiência pós-colonial no romance *Crónica da Rua 513.2*:

Enquanto sociedade multiétnica e plural, a sociedade urbana moçambicana, retratada no romance em microescala, precisa, a partir do marco histórico que foi a proclamação da independência nacional, reorganizar-se e reconfigurar-se. Se antes as relações desiguais de poder e exploração aconteciam entre colonizadores e colonizados, agora elas foram deslocadas e encenam-se como lutas entre forças sociais nativas, contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade descolonizada. (p. 104)

É a esta experiência pós-colonial e ao uso insistente do termo, tanto por parte dos críticos da obra de Borges Coelho, como pela massa crítica em geral, e àquilo que ele evoca como teoria literária que gostaria de me debruçar neste espaço, aventurando-me em seguida na análise das perspectivas que a *Crónica da Rua 513.2* tem a oferecer à pós-colonialidade. De facto, Roberto Vecchi assinala um caminho interessante a percorrer ao afirmar que João Paulo Borges Coelho choca de frente com o pensamento pós-colonial mais dogmático, pois a

sua obra insiste na evocação de uma colonialidade que resiste à independência de Moçambique, encontrando-se presente em variados aspectos dos novos tempos (p. 21).

Gostaria de fazer aqui uma breve incursão na teoria pós-colonial com o objectivo de lhe tecer alguns comentários baseados no recente livro de Vivek Chibber, *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*, que me parece uma das mais precisas análises deste campo. Nas últimas duas décadas, os estudos pós-coloniais adquiriram, certamente como nenhuma outra corrente de estudos literários, uma visibilidade marcante. Migrando rapidamente da análise literária para outras disciplinas, como a história e a antropologia, e arrastando consigo um incomensurável interesse pela cultura e ideologia, substituiu o lugar antes ocupado pelo marxismo. Os objectivos da teoria pós-colonial seriam, deste modo, explicar de uma diferente forma o funcionamento do capitalismo e possibilitar uma outra crítica das injustiças resultantes do mesmo. Reivindicando-se não apenas como uma teoria, mas igualmente como uma prática política radical, o fascínio pelo pós-colonialismo alastrou-se, assim, um pouco por toda a parte, continuando a vingar.

No entanto, Chibber chama a atenção para um dos maiores problemas deste campo de estudos, ou seja, a falta de uma agenda de pesquisa e a sua apresentação mais como orientação política do que como teoria propriamente dita. Os estudos pós-coloniais oferecem, deste modo, mais do que uma metodologia coerente, uma percepção e agenda políticas. Contudo, Chibber critica a teoria pós-colonial porque, na sua opinião, ela tenta fazer o que o Marxismo faz — ou seja, explicar o mundo e como proceder para o mudarmos — e falha em ambos os aspectos. Para o crítico, a teoria não só falha como tem sérias implicações conservadoras ao ressuscitar ideias que afirmam o Oriente como profundamente diferente do Ocidente, isto é, ideias promovidas pelo chamado Orientalismo. Colocando-se como oponente da universalização propalada pelo marxismo, o que o pós-colonialismo reivindica é que as pessoas não são influenciadas pela sua cultura, mas que são constituídas pela sua cultura. Nas palavras de Chibber, “That means their socializations is so strong, their culture and cultural indoctrination so overriding, that it can erase their understanding of their basic needs and interests, like the importance of physical well-being or individual harm” (*Interview* 41). Para o crítico, está muito em jogo ao aceitarmos esta acepção, uma vez que qualquer concepção de direitos humanos deixa de fazer sentido. Chibber assevera que cultura é sempre um elemento importante, mas não pode ser tomada como essencial se levar as pessoas a ignorarem o seu bem-estar.

Um outro aspecto a ser tido em consideração é que enquanto o marxismo se posiciona como luta internacional e universal contra o capitalismo, defendendo que independentemente

de religião, cor, sexo, etc., a população oprimida do planeta tem interesses comuns na luta contra o capitalismo; o pós-colonialismo, afirma que os trabalhadores das sociedades não-ocidentais não são motivados pelas mesmas preocupações que os ocidentais, que nem sequer pensam em termos dos seus interesses, ou seja, que têm uma consciência essencialmente diferente dos ocidentais. Para Chibber, esta concepção é remanescente da usada pelos países imperialistas e colonizadores ao negarem direitos aos asiáticos e africanos. Neste sentido, a argumentação de Chibber assenta num princípio bastante claro:

If you think people in post-colonial cultures deserve the same rights as people in rich countries do, you can only make that argument if you also believe they have the same needs and interests as the latter. To deny this is to insist that Easterners and Westerners live in different worlds. Such a theory can't possibly sustain and support international movements as internationalism within the working class. (p. 42)

Chibber aponta ainda para uma reivindicação da teoria pós-colonial que se revela, talvez, como uma das suas maiores falácias: a de que o marxismo não se revela diferente da ideologia colonial uma vez que é tão eurocêntrico como esta última o foi. Nada de mais falso, se se olhar para a história do marxismo durante o século vinte. De facto, o marxismo é a única teoria que inexorável e incessantemente engajou o mundo não-ocidental. Nas palavras de Chibber, “The idea that it is a theory that ignores the nonwest or that it imposes western categories artificially, or that it is blind to the realities of the nonwestern world, is pretty far-fetched” (p. 42).

Chibber afirma ainda que a falta de coerência interna da teoria pós-colonial faz com que seja cada vez mais difícil discernir uma “teoria” comum empregue por várias disciplinas. Chibber aponta como causa de tal confusão analítica um fenómeno típico da cultura universitária: a ansiedade entre os académicos de mostrarem familiaridade com os mais recentes avanços conceptuais, de lançarem neologismos nos seus trabalhos mesmo que as suas intenções sejam apenas simbólicas, ou seja, uma presunção conceptual. Além disso, as acusações dos teóricos pós-coloniais ao marxismo são apenas uma forma de construir credenciais: “if you want to establish yourself as a radical in academia, and you don't want any of the hits to your career that comes with being a ‘Marxist,’ the first thing you have to do is say something negative about Marxism. It establishes that even though you're on the left you're not ‘one of them’” (p. 43).

A jeito de resumo, e para além dos aspectos positivos que Chibber observa nos estudos pós-coloniais — tais como a manutenção da ideia de que o colonialismo foi extremamente destrutivo e gerou uma ideologia perniciosa — o que acontece no geral é que temos uma

massa interessada em criticar a ordem dominante, mas sem ser anticapitalista. No final, é isto que os estudos pós-coloniais nos têm a oferecer. Chibber vai ainda mais longe ao afirmar que o que temos é uma teoria que importa para a cultura de esquerda a verbosidade vazia e presunçosa que se encontra nas salas de seminários. É necessário, de acordo com Chibber, “to push back against some of the silliness and obscurantismo that has been propagated by postcolonial theory” (p. 44).

Em *A Crónica da rua 513.2*, João Paulo Borges Coelho parece afastar-se de uma intenção que possa ser observada simplesmente pela lupa da teoria pós-colonial, ou pelo menos daquela proferida pelos seus mais ferrenhos apologistas, e aproximar-se mais da visão crítica de Chibber. No romance, história e ficção aparecem entretecidas de forma a mostrar a complexidade tanto das relações coloniais como daquelas que se começam a formar no pós-independência de Moçambique. Sendo historiador — e apesar da história ser igualmente uma das disciplinas em que a teoria pós-colonial tem alcançado uma adesão irrefutável por parte dos académicos — Borges Coelho oferece-nos uma perspectiva que se afigura mais lúcida. E lúcida porque tanto como historiador quanto como ficcionista a sua versão da história e da ficção é uma que sugere as suas complexidades, banindo binarismos redutores e mostrando que nada é absolutamente preto ou branco. Apenas a título de exemplo, e antes de entrar no romance propriamente dito, faço aqui referência a um artigo de Borges Coelho na sua capacidade de historiador em que analisa a africanização da guerra colonial, que veio introduzir elementos de guerra civil no tecido social que o novo regime moçambicano independente foi incapaz de resolver. Segundo o autor,

[a] imagem estereotipada que muitas vezes se veicula, de forças europeias imensamente superiores impondo-se a pequenas, frágeis e desarticuladas resistências africanas, nem sempre corresponde à verdade histórica. Mais consentânea com ela estará a perspectiva em que funcionários europeus conseguiram explorar contradições internas, atraindo para a sua órbita forças africanas para as pôr a lutar contra outras forças africanas na defesa da ordem colonial. (p. 303)

A Crónica da Rua 513.2 revela-nos a mesma perspectiva intrincada da história que, para ser melhor entendida, não poderá dispensar pontes com o universo ficcional. Nesta narrativa, o tempo histórico reporta-se ao período imediatamente a seguir à independência em que a guerra civil entre a Renamo e a Frelimo começa a dar os seus primeiros passos. No entanto, passado e presente, colonial e pós-independência, misturam-se constantemente numa impossibilidade quase que aflitiva de demarcar fronteiras bem estabelecidas. A verdade, ou a verdade histórica, é que a passagem do tempo velho para o novo é impossível de se fazer sem

contaminações, sem fantasmas ou “resquícios,” denominação das personagens que teimam, no universo da narrativa, em conviver com os novos “donos” da história. Nas palavras de Leonor Simas-Almeida, “resume-se a acção narrada aos encontros e desencontros dos actuais moradores entre si e destes com os ditos ex-inquilinos, designados por “resquícios” que, apesar de excluídos, desaparecidos e alguns já mortos, continuam entrando e saindo como muito bem entendem das suas antigas habitações” (s/p). De assinalar que estes “resquícios” coloniais continuam a habitar as suas casas e a conviver com os novos moradores em situações tanto de mútua cumplicidade (por exemplo, o “resquício” da velha prostituta Arminda de Sousa e Antonieta Mbeve, mulher de Josefate Mbeve), como de sensação de invasão de espaço de parte a parte e ódio mútuo (neste caso, Filimone Tembe, o Secretário do Partido, e o Inspector Monteiro, o antigo Pide). Por outro lado, alguns moradores do tempo antigo decidem permanecer de corpo e alma no Moçambique independente, como é o caso de Basílio Costa e do *monhé* Valgy.

Em termos espaciais, o leitor passa a maior parte do tempo em Maputo e circunscrito aos limites de apenas uma rua, que funciona como representação de um país em mudança. E quase só precisaria de analisar os comentários do narrador à mudança operada pelo novo governo da independência nos nomes das ruas e localidades para justificar a perspectiva histórica que nos é lançada pelo romance. Naturalmente, após a independência de Moçambique, procedeu-se à tentativa de apagar qualquer vestígio deixado pelo colonialismo português: “... nacionalizar-se-iam as pessoas, as coisas e os lugares, por razões de justiça e também de dignidade. Incluindo-se, obviamente, os nomes. Onde já se viu o despautério de chamar Salazar a uma vila que o velho ditador nunca sequer visitou?” (p. 12-13) E sobre a Rua 513.2, afirma o narrador:

Não nos espantaria se tivesse o nome de um qualquer capitão-de-mar-e-guerra de bigodes farfalhudos, daqueles que combateram o Gungunhana com uma valentia agora posta em causa. Afinal, foi uma rua colonial habitada por comerciantes e polícias, despachantes e doutores, e servida por mainatos de pés descalços e aventais engomados. (p. 11)

No entanto, ela é também “uma rua democrática, em que as casas têm todas boa vista para o mar” (p. 11). Mas as incongruências do novo regime, começam a revelar-se logo de início com a simples mudança de nomes:

Trouxeram-se nomes sonantes (Eduardo Mondlane, Josina Machel), esqueceram-se outros mais obscuros mas nem por isso menos importantes para a vitória conquistada, como Evenia Seven ou Belina Pita Framega, ditas *Toyotas* da guerra

porque foram mulheres como elas que transportaram a comida e os obuses para cima e para baixo, nos meandros do mato; mulheres que se apagaram para que os combatentes pudessem acender-se, tudo isso permitindo que a guerra crescesse até engolir a paz podre que nos cercava (p. 13-14).

A nova ordem que se proclama igualitária prefere fazer-se, assim, “com ideias claras e não com o apelo a confusos pormenores” (p. 14), como seria o pequeno pormenor de conceder os mesmos direitos e valores às mulheres.

Mas o enigmático número da Rua 513.2 entra no novo Moçambique sem mudanças nominais uma vez que “[o]s números permanecem iguais desde o dia da sua invenção (...); iguais e idênticos nos dois lados da barricada: não há quatos revolucionários nem cinco coloniais (...)” (p. 14). O narrador justifica a manutenção do nome:

Tirá-lo de nome como que desprezar a aritmética na altura em que ela era mais necessária, para dividir por todos a riqueza que esteve inacessível no tempo colonial. Seria renega-la quando ela mais devia estar presente, para fazer as contas do futuro e descobrir como se soma e multiplica o desenvolvimento. Por mais que a revolução quisesse destruir o passado para inventar novo futuro, não se atreveria a tanto. (p. 14-15)

Através da descrição da localização da rua, o leitor pode também aceder às várias versões em que a história pode ser contada. Está ela “interposta entre o mar e o bairro do povo, numa inversão da ordem natural das coisas em que quem chegou depois afastou os que lá estavam primeiro” (p. 17). Uma versão afirma o empurrar da população local para longe do mar por ser um povo de interiores, outra, pela razão de que aqueles que chegavam serem cegos a tudo o que existiu antes do seu tempo e, uma terceira, que falta, por ser “uma bairro que confiava na tradição e não sabia escrever, que não sabia sequer que era preciso deixar a sua versão antes que chegasse outra qualquer para se sobrepor a ela” (p. 18). É agora esta versão esquecida que o povo restaura na Rua 513.2, banindo as “identificações minuciosas como inteiros dicionários, A de aldrabão, B de burro, C de camponês e de chibalo e de conspirador, D de dissimulado, E de estúpido, e por aí fora até ao P de preto e preguiçoso” (p. 18). Este povo é-nos apresentado como não sendo mesquinho e, como tal, “não é com pessoas que quer ajustar contas, é apenas com a história e com os nomes que ela pôs à geografia” (p. 22).

Em relação às personagens que habitam a rua 513.2 elas aparecem-nos na sua grande parte em pares que, à primeira vista, poderiam ser denominados dicotómicos: os primeiros habitantes, os colonos, os segundos, os ex-colonizados, agora independentes que vêm ocupar as casas dos primeiros. Um dos pares mais interessantes é formado por Francisco Filimone

Tembe, o Secretário do Partido, que ocupa a casa número 8, anteriormente habitada pelo Inspector Monteiro, o antigo Pide. Embora ocupem posições diametralmente opostas devido aos regimes que ambos servem (ou serviram) - o último, reaccionário da velha ordem, o primeiro, vigilante e impositor da nova – através da sua convivência, o leitor apercebe-se que este par funciona como um espelho um do outro. Uma das comparações que se pode estabelecer entre os dois assenta no facto de que ambos são capazes de gerar divisões dentro de divisões. O Inspector Monteiro, por exemplo, antes de fugir para a África do Sul, cria um grupo de apoiantes na rua que o seguem na crença de que “a roda da história ainda podia girar para trás” (p. 26) e que se opõe ao grupo dos amigos do senhor Costa, “que achavam que a única solução era fazer as malas e abalar para a Metrópole enquanto as circunstâncias o permitissem” (p. 26). Perante tal situação de tensão entre colonos, o narrador comenta: “De modo que nasceu ali uma nova fronteira de 5, 132 metros de largura, uma linha divisória sobre a qual se multiplicaram os mal-entendidos e as suspeitas, as ameaças veladas e as acusações” (p. 27). E é assim que uns decidem ficar no novo Moçambique e outros partem de boa ou má vontade.

Filimone Tembe divide também a rua ao provocar ambiguidades no estabelecimento de tarefas para os seus moradores: “A ambiguidade não era nova. Pouco tempo antes também se manifestara, quando da organização dos grupos de moradores que deviam fazer as rondas da vigilância nocturna. (...) Durante semanas vivera a rua o alvoroço desta indefinição, tirando alguns proveito dela, como o Mbeves, preguiçosos e ladinos que só eles” (p. 96). A tentativa de controlo dos vizinhos através da sua constante vigilância aproxima os dois personagens mais do que estes se possam aperceber ou desejar. Aliás, o próprio narrador não evita a comparação explícita entre os dois: “Filimone não só ocupou a casa como se tornou visível em toda a rua, tão visível quanto o havia sido o Inspector no seu tempo”. (p. 33).

Com efeito, e apesar das diferentes ideologias políticas, os dois acabam por ter momentos de cumplicidade em que essas diferenças quase são esquecidas. A título de exemplo, aquando da tarefa de ter de construir um abrigo de protecção dos moradores da rua perante uma eventual incursão do inimigo, Filimone acaba por receber a ajuda de Monteiro na decifração de um mapa, “os dois fazendo esforços, um enunciando em voz alta o que lhe parece ser, o outro duvidando” (p. 94). De tal modo que Filimone “quase se esquece da inimizade que os une; por um momento quase se convence de que Monteiro pode ajudar” (p. 94).

Os “resquícios” do passado não se limitam ao Inspector Monteiro, também a velha prostituta Arminda de Sousa teima em coabitar com a família Mbeve. Mas aqui, as relações

são de uma outra ordem, estabelecendo Arminda e Antonieta laços de amizade e cumplicidade que vão além das situações históricas, unidas, talvez, por uma condição feminina que as coloca quase sempre nas margens de qualquer regime político. Aquando da visita do Presidente Samora à rua 513.2, este visa vários dos seus ex-habitantes com comentários, incluindo Arminda:

— Disseram-me que até prostitutas aqui moraram nesta rua, meus amigos. Um antro de prostitutas finas! (...) — Destruíam a nossa cultura para nos forçar a seguir a deles, que eles próprios, por sua vez, abandonavam. Pregavam a moralidade mas eram devassos. Para, no final, nós sermos um povo virtuoso e obediente. E eles, serem o quê? (p. 163)

Antonieta, no entanto, quer reagir a este comentário do Presidente, quase se levantando “para esclarecer o mal-entendido” (163). Segundo ela, “Arminda não é tudo isso que o Presidente diz. Também ela no início assim pensou, mas depois percebeu que era maneira de ser que ela tinha, que não havia ali maldade. ‘Por ela quase ponho as mãos no fogo, camarada Presidente,’ diria Antonieta corajosamente, se lhe fosse perguntado” (p. 163).

Arminda, por seu lado, ao ser acusada por Josefate de traidora, de apenas ganhar intimidade com a sua mulher Antonieta para depois a trair, responde-lhe acirradamente:

— Estás maluco, Josefate? — respondeu ela, indignada. — Para que raio havia eu de querer a casa, vais dizer-me? Logo eu! — Lembrava-se da terrível solidão que ali vivera, os *Favel* fumados no escuro da varanda para ajudar a engolir a partida do que restava do Capristano mais a família, o futuro vazio na frente. (p. 171)

Na verdade, Arminda “achava os tempos actuais muito melhores” (p. 171). Josefate, fica assim, e perante a resposta, sem palavras, sem ter como prosseguir a conversa.

Passado e presente andam, assim, lado a lado, em contínua interferência. Um outro personagem fulcral no estabelecimento da visão de Borges Coelho sobre a pós-colonialidade é o *monhé* Valgy, que escapou incólume ao fatídico ano de 1961, ano este em que “a Índia de Nehru dá continuidade ao processo iniciado com a ocupação não reconhecida de Dadrá e Nagar-Aveli, e com a anexação negociada dos enclaves franceses da Índia” (THOMAZ; NASCIMENTO, 2012, p. 322). Goa, Damão e Diu são também “invadidas e as tropas portuguesas ali estacionadas pouco podem fazer para evitar e inevitável” (THOMAZ; NASCIMENTO, 2012, p. 322). Como explicam Ribeiro Thomaz e Sebastião Nascimento (2012), este foi um “golpe decisivo na ideia do Portugal uno e indivisível,” transformando-se a iniciativa militar de Nehru “num evento crítico para milhares de indivíduos que de indianos

passaram a ser definidos como *British Indians* em Moçambique” (p. 322). De um dia para o outro, foram transformados de suspeitos ou *estranhos* — devido à sua condição intermediária — em inimigos. Deste modo, a sua condição de estrangeiros é realçada pelo regime colonial, tornando-os reféns. Segundo Thomaz e Nascimento,

famílias inteiras foram confinadas em campos de concentração nos arredores das cidades moçambicanas, muitas vezes em condições deploráveis, e suas propriedades foram transferidas para um órgão do Estado colonial criado com o propósito de controlar os seus bens — posteriormente responsável por favorecer a passagem destes mesmos bens para portugueses e brancos moçambicanos interessados. (2012, p. 322)

O regime autoritário salazarista acaba por expulsar uma comunidade “responsável não apenas pela circulação de mercadorias, mas pela reprodução de uma dinâmica vida cultural numa região até então cosmopolita” (p. 323).

Mas Valgy “escapou às redes do solitário ditador como um peixe que, já preso e subindo, voltasse no derradeiro momento a cair na água” (p. 123). Valgy atravessou, deste modo, todos os anos até ao fim do império, “calado e cheio de medo” (p. 123), o que o levou a um estado de perturbação permanente e a perder o tino, tornando-se no *a xiphunta* das crianças. Valgy faz questão de dizer que tudo em si, incluindo a sua indumentária, era britânico, afirmando o seu rancor tanto pelo colonialismo português, como pelos portugueses, à excepção dos Costas, seus vizinhos, sendo a sua loja “zona libertada onde nunca entra o português” (p. 124).

A sua situação e condição intermediária não muda, contudo, na passagem para o Moçambique independente. No final do romance, a sua casa continua a ser “uma ilha solitária onde só a nado ele entra ou sai” (p. 328). O futuro, segundo o narrador, “está para lá das águas e das lamas, nos espaços recônditos que cada um consegue descobrir” (p. 329). Mas, no “caso de Valgy (...) o futuro existe neste presente e é enlameado” (p. 329). Tal pode ser explicado, se tivermos em consideração a tentativa de homogeneização proposta pelo novo regime independente em Moçambique, também ela uma herança do passado colonial. Nas palavras de Thomaz e Nascimento, esta homogeneização “supôs em Moçambique o fim efectivo das comunidades de origem europeia e asiática do país, enquanto comunidades relativamente autónomas, enquanto possibilidade de autonomamente reproduzirem seu estilo de vida, sua vida cultural” (2012, p. 338). Ao que acrescentam que “os remanescentes (...) têm de ser ver às voltas com a sua condição perpétua de estranhos no país que escolheram

como seu, estranhos que subitamente podem ser vistos como estrangeiros, cuja legitimidade de sua presença pode ser posta à prova a qualquer momento” (2012, p. 338).

Além de negociação de identidades que tanto aconteceram nos anos do colonialismo como na passagem para o pós-independência, o romance de João Paulo Borges Colho, revela-nos ainda outras contradições da história da independência, como é o caso do personagem Alberto Pedrosa. Este, vem ocupar a casa número 2 na função de director provisório da nova CCC EE — a Companhia Colonial de Citrinos, Empresa Estatal — “nome também provisório, e até contraditório” (p. 182). Em casa, Pedrosa convive com os retratos dos antigos directores da companhia, tratando-os com intimidade, “fora dela cumprimentando afavelmente os vizinhos que passavam” (p. 182). Pedrosa encarna o princípio do homem novo que surge nos planos da Frelimo desde que se comprometeu com a ideologia do “socialismo científico e da ideologia científica do proletariado.” Como afirma Michael Mahoney (2003), “As the report of the Central Committee put it, ‘We have taken to a more advanced phase the struggle provoked during the revolutionary armed struggle for the creation of the New Man, free forever from ignorance, obscurantism, superstition, preconceptions, conscious of the obligations of solidarity and cooperation’” (p. 189). Depois de seu início, em 1962, como partido que rejeitava a cultura ocidental, a Frelimo sofre mais tarde uma mudança ideológica, de nacionalismo cultural para antitradicionalismo, resultado da sua direcção Marxista por volta de 1969. Pedrosa distingue-se, deste modo, dos outros habitantes da rua pela sua forma de vestir, importada, pelo caviar e cerveja importados que come e bebe, pelos Marlboros que fuma, importados também eles.

O fim da tradição cultural é-nos ainda evidenciado pelo primo de Josefate Mbeve, que sobe na vida por meios suspeitos e que acusa a sua avó de tribalista: “Tribalistas! Então aqueles ali não ouviam os discursos do Presidente? Não sabiam que o tribalismo acabara, machanganas e marongas sendo um povo só?” (p. 271). Como afirma Maria Paula Meneses (2004),

[t]he Mozambican postcolonial state emerged in a context where both chronological and territorial differentiation were achieved by a unitary compulsion that whitewashed differences, insisting upon the homogeneity of the future, and not assuming the existing socio-legal heterogeneity. Thus, to be part of the “present” required freezing everything else that represented an obstacle in the historical path to modernity, as part of the “old” past, as traditional. (p. 10)

A estudiosa reitera a ideia de que entre o passado colonial e a nova nação independente existem comunalidades que não devem ser negligenciadas: “The ‘other’

cultures, viewed as ‘inferior’ under colonial order, now, in a postcolonial setting, (re)emerged again as ‘backward’ in the dominant legal discourse. The extremely complex cultural mosaic of socio-legal cultures in Mozambique, with their own characteristics and structures, kept being normally described as a homogeneous entity (...) built upon the principles of Western rationality” (p. 10-11). No entanto, no romance voltamos novamente à ideia da promiscuidade entre os dois tempos, sendo que a avó de Antoninho e Josefate, perante o comentário do primeiro, revela um sorriso amargo, de saudade, comparando os tempos: “Foi assim no passado, voltava a ser assim no presente” (p. 271).

Apesar de Meneses identificar correctamente continuidades entre o passado colonial e o presente pós-colonial — continuidades que ecoam as representações ficcionais de Borges Coelho — abstém-se, no entanto, de tirar o sentido completo de tais continuidades. Contudo, Chibber permite-nos precisamente compreender o que em Meneses é obscuro e Borges Coelho torna claro, isto é, que a representação lógica das continuidades coloniais passado/presente têm como raiz a persistência das injustiças. De facto, a representação lógica da narrativa de Borges Coelho manifesta-se na sobrevivência de “necessidades universais” insatisfeitas. Devemos aqui regressar ao argumento marxista de Chibber e proceder à definição de “necessidades universais” no romance tais como as demandas e os desejos não satisfeitos de nutrição adequada, de habitações seguras e ambiente saudável, emprego remunerado, e um sentimento de pertença comum baseado na igualdade.

O pior passo em falso do artigo de Meneses, contudo, é escorregar no erro comum do pós-colonialismo, ou seja, regressar ao “orientalismo.” A sua defesa da diversidade e respeito pelas tradições culturais, contra a política homogeneizadora Estalinista imposta de cima pelo regime da Frelimo, é tanto admirável como necessária. No entanto, tal como formulada por Meneses, esta defesa institucionaliza permanentemente — isto é, “naturaliza” — tais diferenças. Ao fazê-lo, restabelece a perpétua dinâmica “outro/outro” que, sem dúvida, reintroduz a ideia de alteridade dos povos africanos — uma ideia que os ocidentais de espírito imperial podem facilmente aproveitar. A questão aqui é que qualquer “mistura” ou “hibridismo” de culturas e instituições entre diferentes grupos sociais deve ocorrer como resultado de uma interacção social regular e não como resultado de uma política governamental autoritária.

Nesta rua peculiar deparamo-nos, pois, com situações de injustiça, de desigualdade social propagadas pelo novo regime. Estas podem ser observadas ao longo da narrativa, como o confirma o caso do uso de cartões para obtenção de abastecimentos alimentares e afins, em que uns apenas recebem o cartão azul e, outros são privilegiados com um cartão branco que

lhes dá acesso aos extras, embora o Secretário Filimone continue a apregoar a igualdade do novo tempo (p. 249). No entanto, tal apregoação não passa de mórbido cinismo uma vez que é ele quem mais usufrui destes “pequenos privilégios” (p. 258). Mas o povo tem as suas formas de compensar por estas distribuições inadequadas, desviando produtos através daqueles que se encontram em posição de o fazer. Como afirma o narrador, “[t]odas estas manobras fazendo parte de uma distribuição paralela à distribuição principal, através da qual se compensam as injustiças da lei que é cega. Através da qual se restabelecem os equilíbrios” (p. 257).

A corrupção é assim operada por quase todos os habitantes desta rua, cada um tentando da sua forma sobreviver num sistema que se confunde a todo o momento com o passado colonial a tal ponto que, no final, os moradores comecem todos a partir açoitados pela invasão de uma nova elite: “Nas velhas casas, agora rejuvenescidas, crescem alinhadamente os muros onde antes cresciam irreverentes buganvílias, alguns deles chegando à desmesura de uns 5, 132 metros de altura para que, atrás deles, uma nova privacidade por nós desconhecida possa ir fermentando” (p. 331-32). O romance termina com duas simples palavras que respondem à pergunta: “Onde está o mundo que antes tínhamos na mão, e que hoje nem de cima da acácia de dona Aurora se vê?” (p. 332). Duas palavras apenas que sintetizam o paralelismo entre o velho mundo colonial e o novo mundo independente: “Muros altos.”.

João Paulo Borges Coelho oferece-nos, em conclusão, uma narrativa que se afasta dos parâmetros estabelecidos por uma teoria pós-colonial se tivermos em conta a crítica de Chibber à forma do pós-colonialismo se posicionar sobre aspectos universais. Claro que não tenho como intenção afirmar que a obra Borges Coelho se posiciona numa tentativa de defesa do colonialismo e dos seus agentes³. Muito pelo contrário, a originalidade da sua ficção está

³ Embora não possa elaborar completamente neste contexto, a perspectiva de Chibber — tida em combinação com a forma como Borges Coelho representa a sobrevivência do passado no presente — permite-nos reformular a questão da relação entre a sociedade “pós-independência” moçambicana de 1975-992 e a sociedade “pós-socialista” de 1992 até ao presente. Não é tanto aqui uma questão de qualquer defesa hipotética e equivocada do colonialismo em relação e contra o aumento da estratificação social e das injustiças sociais no Moçambique contemporâneo. Pelo contrário, ao analisar *Crónica da Rua 513.2*, a questão centra-se na compreensão de que o romance retrata as continuidades da miséria económica e da degradação humana como resultado das continuidades e da intensificação de formas de capitalismo. Enquanto é costume simplesmente não se questionar a reivindicação da Frelimo de que implementou o “socialismo” no período de 1975-1992, de facto, tal não corresponde inteiramente à realidade. O seu modelo do “socialismo” derivou directamente do Estalinismo: um Estado de partido único, uma economia comandada (*top-down*) pelo Estado, um processo de reforma agrária controlado pelo Estado, nacionalização extensiva, e um sector social fortemente subsidiado (os três primeiros dos quais não constam da concepção do socialismo de Marx e Engels, a qual sempre enfatizou a auto-emancipação dos trabalhadores e dos camponeses e rejeitou explicitamente qualquer tipo de “socialismo” conferido à população do topo). Tudo isto assegurou que o poder político em Moçambique trouxesse consigo o controlo burocrático dos meios de produção pelo partido e pelo Estado. Uma ideologia e prática de “modernização nacionalista,” derivada de modelos ocidentais, caracteriza tanto o seu período “pós-independência” como o chamado período “pós-socialista.” A diferença entre os dois, naturalmente, está que a

na complexidade com que aborda os rumos da história e daqueles que se posicionam tanto os seus agentes como os seus recipientes, lembrando-nos das falhas de uns e de outros, numa tentativa de alerta para a continuação da opressão das massas que, unidas, talvez um dia sejam capazes de derrubar os muros altos. E não será isto, na essência, o que defende o marxismo e que tem sido esquecido ou perversamente anulado pelo pós-colonialismo?

ABSTRACT: Among the most recognized writers in post-independence Mozambican literature is João Paulo Borges Coelho, whose work has won growing acclaim from literary critics and the reading public alike. In this essay, I propose to analyze Borges Coelho's novel *Crónica da Rua 513.2* (2006) from the perspective of a recent critique of postcolonial studies offered by Vivek Chibber in his *Postcolonial Studies and the Specter of Capital* (2013). Chibber's critique highlights the deficiencies apparent in the development of postcolonial theory over recent decades, and it thus opens a theoretical window through which I seek to show that Coelho's novel provides a vision of contemporary Mozambican reality that exceeds the parameters enforced by normalized postcolonial theory. I argue that *Crónica da Rua 513.2* suggests an understanding of colonial and postcolonial history that is more complex than the one offered by postcolonial studies and which in fact reactivates elements of a Marxist analysis of colonial and postcolonial experience that an academically institutionalized form of postcolonial studies has lamentably forgotten.

KEYWORDS: João Paulo Borges Coelho. Postcolonialism. Marxism. Mozambique. History and Fiction.

REFERÊNCIAS

BRAUN, Ana Maria Matte. Ruas numeradas, fantasmas portugueses, cidadãos moçambicanos – a narrativa na *Crónica da Rua 513.2*, *Estação Literária*, v. 8, p. 96-105, dez. 2011.

Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8AArt11.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

CABRAL, João de Pina. Crises de fraternidade: Literatura e Etnicidade no Moçambique Pós-colonial, *Horizontes Antropológicos*, n. 24, p. 229-253, 2005.

CAN, Nazir Ahmed. *Traficando identidades: a construção do ethos intermédio em 'Crónica da Rua 513.2'*, de João Paulo Borges Coelho. Treball de Recerca, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2008.

_____. As formas da memória em “Crónica da Rua 513.2”, de João Paulo Borges Coelho.” In: GARCIA, M.; HAND, F.; CAN, N. (Orgs.). *Indicités/Índices/Índícios*. Hybridations problématiques dans les littératures de l’Océan Indien, Ille-sur-Têt, Éditions K’A, 2010. p. 235-258.

forma de capitalismo seguida entre 1975-1992 consistiu num desenvolvimento liderado pelo Estado (exactamente igual àquele observado em lugares como a USSR e Cuba e também nas áreas de influência dos EUA, como as Pacific Tigers), enquanto que a forma de capitalismo seguida depois de 1992 em Moçambique é o neoliberalismo. Este último período tem testemunhado a introdução de vários partidos políticos, mas o capitalismo no cenário global tem se comprovado compatível não apenas com sistemas multipartidários, como também com Estados ditatoriais de partido único.

Revista Literatura em Debate, v. 7, n. 13, p. 137-152, dez. 2013. Recebido em: 05 dez 2013. Aceito em: 06 dez 2013.

_____. Os fantasmas da revolução em “Crónica da Rua 513.2”, *Via Atlântica*, n. 21, p. 201-205, 2012.

CHIBBER, Vivek. *Postcolonial Studies and the Specter of Capital*. New York: Verso, 2013.

_____. Marxism, postcolonial studies, and the tasks of radical theory. Interview by Jason Farbman. *ISR*, n. 89, p. 40-44, may/jun. 2013.

COELHO, João Paulo Borges. *Crónica da Rua 513.2*. Lisboa: Caminho, 2006.

_____. Tropas Negras na Guerra Colonial em Moçambique. In: CASTELO, Cláudia et al. (Orgs.). *Os Outros da Colonização*. Lisboa: ICS, 2012. p. 303-314.

CRUZ, Alice. Entre a Evidência e a Verdade: nos interstícios da experiência e da memória com ‘As Duas Sombras do Rio’, de João Paulo Borges Coelho. In: RIBEIRO, M. Calafate; MENESES, M. P. (Orgs.). *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 199-214.

FRANCO, Roberta Guimarães. As Duas Sombras do Rio, de João Paulo Borges Coelho: do trabalho do historiador à escrita do romance, a história dos refugiados de Moçambique. In: COLÓQUIO DO LAHES: MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA HISTÓRIA SOCIAL, 2., 2008, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Clio Edições, 2008. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a50.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2013.

MAHONEY, Michael. Estado Novo, Homem Novo [New State, New Man]: Colonial and Anti-Colonial Development Ideologies in Mozambique, 1930-1979. In: ENGERMAN, David C. et al. (Ed.). *Staging Growth. Modernization, Development, and the Global Cold War*, Amherst: U. Massachusetts Press, 2003. p. 167-197

MENESES, Maria Paula. Toward Interlegality? Tradition Healers and the Law in Postcolonial Mozambique. *Oficina do CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/202/202.pdf>>. Acesso em: 10 jun 2012.

PATRAQUIM, Luís Carlos. Crónica da rua 513.2, jornal *Notícias*, Lisboa, 24-05-2006.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em ‘As duas sombras do rio’, de João Paulo Borges Coelho, *Via Atlântica*, n. 16, p. 119-130, 2009.

SIMAS-ALMEIDA, Leonor. Opacidades da História e Transparências da Ficção — O Moçambique de “As Visitas do Dr. Valdez” e de “Crónica da Rua 513.2”. In: KHAN, Sheila et al. (Ed.). *Visitas a João Paulo Borges Coelho. Leituras, Diálogos e Futuros*. Lisboa: Edições Colibri, forthcoming.

THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião. Nem Rodésia, nem Congo: Moçambique e os dias do fim das comunidades de origem europeia e asiática. In: CASTELO, Cláudia et al. (Orgs.). *Os Outros da Colonização*. Lisboa: ICS, 2012. p. 315-339.

VECCHI, Roberto. Letterature postcoloniais e politicas de restituçao: a narrativa de João Paulo Borges Coelho. *Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane*, n. 2, p. 19-24, 2012.

VENTURA, Susana Ramos. Consideraçoes sobre a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho. *Navegações*, v. 2, n. 1, p. 49-52, 2009.